

ALÉM DA NOTÍCIA

Sarney define

presidente José Sarney só tomará uma decisão a respeito dos cortes do déficit público após a reunião do próximo sábado com os empresários. Os ministros foram informados desta posição e já avisaram à missão do Fundo Monetário Internacional que a definição do volume exato dos cortes de despesas e aumento de impostos, bem como a melhor forma de executar este "ajustamento", é um assunto para ser decidido a nível da Presidência da República.

Por isso é provável que o fechamento do rascunho da Carta de Intenções com o FMI só ocorra na próxima semana, mesmo que a missão tenha que partir antes para Washington, o que é difícil. Os ministros conseguiram chegar a números mais precisos com o FMI

sómente a nível do déficit de caixa, reestimado em Cr\$ 92,5 trilhões, mas até ontem à noite a comissão negociadora e a missão não tinham uma posição final sobre o déficit operacional, que é o conceito a prevalecer no programa de ajustamento.

O Palácio do Planalto faz questão de enfatizar, através de assessores autorizados, a natureza preliminar das propostas em discussão com o FMI, lembrando que política econômica quem faz agora é Sarney — e não o Ministério da Fazenda ou a Secretaria do Planejamento, e muito menos os fiscais de Washington. Esta situação poderia até mudar mais adiante, caso seja possível chegar a um consenso em torno do que será o programa econômico do Governo — mas para isso não são apenas os ministros que precisam se entender, mas também políticos, empresários e sindicatos precisam aceitar o ônus do ajustamento econômico destinado a reduzir a inflação.

Enquanto isso não ocorre, o que existe é um quadro de incertezas e indefinições, sobretudo políticas, que se procura corrigir aos poucos, inclusive com os "seminários da Granja do Torto". Mas pode haver surpresa no meio do caminho, já que as pendências dentro da área econômica não só continuam como tendem a se acirrar à medida em que o Governo não pode mais adiar definições, por estar com uma missão de consulta do FMI dentro de casa.

Inseguras, as autoridades econômicas não conseguem fazer o mercado acreditar em muita coisa. Ontem, por exemplo, registrou-se a reedição de um fenômeno típico da Velha República, que é a boataria de fim de tarde em torno de eventuais quedas de autoridades.

Tudo porque ninguém sabe garantir se a nova fórmula da correção monetária — criada pelo diretor Júlio Senna, do Banco Central, e adotada pelo Ministério

da Fazenda apesar dos protestos da Seplan — vai continuar quando a inflação voltar a subir, provavelmente

ainda este mês.

Mas tem algo mais no ar — e o pomo da discórdia continua sendo a questão das taxas de juros, que o ministro João Sayad e os "desenvolvimentistas de São Paulo" querem baixar imediatamente, apesar da posição ortodoxa do Ministério da Fazenda.

O Palácio do Planalto reconheceu ontem, à noite, através de um assessor qualificado, que se houver alguma mudança na

equipe econômica, imediatamente, não será por causa da fórmula da correção em si — mas por causa da

questão dos juros.

O que se decidiu ao final da reunião do presidente Sarney com economistas, há quase duas semanas na Granja do Torto, continua sem resultado. "Os estudos encomendados pelo Presidente, para baixar as taxas de juros, ainda estão engarrafados" — comentou um alto funcionário da equipe de Sarney no Palácio.

O recado não poderia ser mais direto, pois o Banco Central

simplesmente não levou em conta a recomendação para estudar o assunto rapidamente.

Claro que isso não ocorreu porque o ministro Francisco Dornelles, a quem está subordinado o Banco Central, não deu instruções neste sentido. Ou se deu ninguém ficou sabendo, porque ele tem como norma conversar o dia inteiro com políticos, à busca de apoio no Congresso, mas quase nada com os jornalistas. Na onda de especulações de ontem corria o boato de que,

pressionado por estes mesmos políticos, o Ministro

acabaria tendo que ceder — e para mostrar que haverá

mudança na orientação econômica trocaria alguns auxiliares.

O Palácio não confirmou nada neste sentido, mas

lembrou: quem vai ditar os novos rumos é o Presidente. E só após ouvir mais gente de fora do governo.